



Governo do Estado de Mato Grosso
SECOM – Secretaria de Estado de Comunicação

TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO Nº 07/2023/SECOM
SECOM-PRO-2023/00081

I – INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

1 – ÓRGÃO:
SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

2 – UNIDADE SOLICITANTE:
SECRETARIA ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA

3 – DESCRIÇÃO DE CATEGORIA DE INVESTIMENTO:

- () Capacitação/ Consultoria/Auditoria/Assessoria
() Equipamento de TI
() Bens de Consumo
(x) Material Permanente
() Contratação de Serviços
() Despesa de Custeio
() Outros

II – FUNDAMENTAÇÃO MÍNIMA PARA AQUISIÇÃO DE BENS/CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

1- Objeto sintético: Contratação de empresa prestadora de serviços de confecção, montagem e instalação de móveis planejados confeccionados em mdf a serem montados e instalados pela contratada, nas quantidades e condições descritas neste termo pertencente a Secretaria de Estado de Comunicação do Estado de Mato Grosso.

2- JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição dos móveis se faz necessária, haja vista a otimização do espaço físico funcional das unidades, fornecendo aos servidores a adequação de melhor conforto no ambiente de trabalho que atendam às novas necessidades e particularidades do ambiente físico das unidades, e também oferecendo ao contribuinte um melhor atendimento.

2.2. Neste procedimento licitatório não atenderá o disposto do artigo 49 da Lei Complementar 123/2009, tendo em vista a complexibilidade na confecção e montagem do produto a ser solicitado, ou seja, para cada produto a ser confeccionada é um tipo de material e acessórios, ficando impossível definir a quantidade de cada acessório, e inviável aplicar os 25% para as microempresas (ME, MEI e EPP), pois poderia acabar os saldos de alguns itens e outros não, e não tem como duas empresas confeccionarem um mesmo produto, inclusive pelo fato da mão de obras estar inclusa nos produtos.

2.3 A nova contratação é necessária após a publicação do decreto nº 697/2021, que desvincula a Secretaria Adjunta de Comunicação da Casa Civil, tornando-a uma secretaria independente, devido a criação de nova Unidade Orçamentária e novo número de CNPJ, diante disso a mesma não possui armários para arquivamento processual e nem dos aparelhos usuais da comunicação.

2.4 A contratação também servirá para atender as possíveis mudanças com os novos aparelhamentos novos previstos nos estúdios.

3- DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

A AQUISIÇÃO DOS ITENS É ORIUNDA DE VERBA DE CONVÊNIO:

(X) NÃO

() SIM – Nº. DO CONVÊNIO: _____. (Anexar Documentação)

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 13101- SECOM

UNIDADE GESTORA: 0001

PROJETO ATIVIDADE: 2007

FONTE: 1.500.0000

ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.52.34

4 – PÚBLICO/CLIENTELA ALVO



Governo do Estado de Mato Grosso
SECOM – Secretaria de Estado de Comunicação

Servidores lotados na Secretaria de Estado de Comunicação.

5 – ESPECIFICIDADE, QUANTIDADE E ESTIMATIVA DE CUSTO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Armário superior, tamponado , composto de portas de correr, confeccionado em MDF de 25mm, na cor gianduia (Duratex), com fita borda, medindo 1750Lx500Hx450P (mm). Unidade.	02		
02	Armário bancada de pia, tamponada , composto de porta de giro e gavetas, confeccionada em MDF de 18mm, na cor gianduia (Duratex), com fita borda, medindo 2600L x 390H x 500P (mm). Unidade.	01		
03	Armário Baixo composta de porta de giro e nicho, confeccionado em MDF de 25mm, na cor grafite (Duratex), com fita borda, dobradiça com amortecedor, medindo 6300Lx710Hx410P (mm). Unidade.	01		
04	Armário bancada de pia, tamponada , composta de porta de giro e nicho, confeccionado em MDF de 18mm, na cor grafite (Duratex), com fita borda, dobradiça com amortecedor, medindo 1150Lx400Hx490P (mm). Unidade.	01		
05	Aparador para frigobar e rack com prateleira e gavetas, confeccionado em MDF de 25mm, na cor gianduia (Duratex) e grafite (Duratex), com fita borda, corrediça telescópica, sapata reguladora de nível, medindo 2100Lx920H	01		
06	Mesa, confeccionada em MDF de 25mm, na cor gianduia (Duratex), com fita borda, sapata reguladora de nível, medindo 4000Lx710Hx700P (mm). Unidade.	01		
07	Mesa em L, confeccionada em MDF de 25mm, na cor gianduia (Duratex), com fita borda, sapata reguladora de nível, medindo 1800Lx750Hx700P (mm). Unidade.	01		
08	Armário baixo, confeccionado em MDF de 50mm, na cor lâmina carvalho, medindo 770Hx930Lx510P (mm). Unidade.	03		
VALOR TOTAL				
Valor Total:				

6 – PRAZO DE EXECUÇÃO/LOCAL ENTREGA

A secretaria solicitante irá requisitar a contratada uma visita in loco, via e-mail ou via whatsapp, para juntos viabilizarem as medições para confecção do objeto pretendido, haja vista a necessidade de precisão das mesmas, para evitar transtornos futuros. A empresa deverá atender à solicitação no prazo máximo de 48 horas.

Será informado através de e-mail ou whatsapp o local, hora e o servidor responsável para tal fim.

Após a realização da visita, a empresa deverá elaborar o projeto design dos móveis (figuras) para aprovação do objeto solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

No projeto solicitado, a Contratada DEVERÁ, obrigatoriamente, especificar as medidas de cada peça de forma clara, para a montagem do móvel, demonstrando que a soma desses metragens totalizam os metros quadrados finais, para posterior emissão da NAD – Nota de Autorização e Despesa, haja visto que as compra dar-se-ão por metros quadrados do material utilizado.

Não serão considerados as sobras e as percas, esse custo deverá estar incluso no valor do metro quadrado ofertado, serão considerados somente os metros quadrados utilizados de fato na confecção do móvel.



Governo do Estado de Mato Grosso
SECOM – Secretaria de Estado de Comunicação

O prazo para a entrega dos moveis, quando solicitados e após aprovação será de 20 (vinte) dias corridos a contar da data do recebimento da nota de autorização de despesa- NAD, considerando que a Contratante considerará o serviço executado quando todos os móveis estiverem sidos montados e aprovados.

7- DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA deverá a entregar e instalar os equipamentos na sede da CONTRATANTE –Secretaria de Estado de Comunicação do Estado de Mato Grosso, situado no Palácio Paiaguás – Rua Desembargador Carlos Avalone, S/N, Centro Político e Administrativo, CEP: 78.049-055, Cuiabá – MT, em dia útil e horário comercial, mediante contato prévio pelo Tel.: 65 3613-4300.

8– OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Fiscalizar a execução do objeto, nos termos do disposto no artigo 117 § 1º da Lei 14.133/2021, através do Fiscal do Contrato e Almoxarifado.
- 8.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo e anotar em registro próprio as falhas detectadas, conforme Lei 14.133/2021.
- 8.3. Solicitar, quando julgar conveniente, informações relativas ao fornecimento do objeto, sem que tal atividade implique em qualquer responsabilidade da Fiscalização sobre a ação da contratada.
- 8.4. Atuar da forma mais ampla e completa no acompanhamento do fornecimento do objeto, acompanhamento este que não eximirá a contratada das responsabilidades previstas quanto aos danos que forem causados à contratante ou a terceiros.
- 8.5. Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar a plena execução do contrato.
- 8.6. Comunicar à empresa contratada todas e quaisquer ocorrências em desacordo com o cumprimento das obrigações pactuadas, qualquer anormalidade na entrega do objeto, podendo sustar ou recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.
- 8.7. Solicitar à empresa contratada, sempre que necessárias todas as providências ao bom andamento dos trabalhos.
- 8.8. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Termo de Referência, após conferência e o atesto pelo Almoxarifado Central e o Fiscal do Contrato.

9 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, de grande resistência, apresentem durabilidade e acabamento condizentes, sendo assim considerados os que atendam as especificações constantes desse termo.
- 9.2. Todos os mobiliários deverão ser resistentes, confeccionado com materiais de excelente qualidade, acabamento perfeito, sem rebarbas ou elementos cortantes, devidamente nivelados, reforçados, confortáveis e com excelente ergonomia.
- 9.3. Garantir a boa qualidade dos móveis entregues, pelo período de 01 ano.
- 9.4. Responsabilizar-se pelo transporte de todo material de seu estabelecimento, obedecendo às normas pertinentes, até o local determinado pela Secretaria solicitante.
- 9.5. Os móveis a serem entregues deverão ser fabricados e instalados pela Contratada, sem qualquer ônus para o Contratante.
- 9.6. Encontrando irregularidades na instalação, ficará o prazo de 10 (dez) dias úteis para que a Contratada proceda à correção.
- 9.7. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a execução do Contrato, bem como sobre o produto.
- 9.8. Comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração ocorrida no seu endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência e afins;
- 9.9. Não serão aceitos moveis manchados, riscados, lascados ou marcados.
- 9.10. Os serviços executados deverão ser entregues dentro do prazo estipulado considerando-se que atividades normais das unidades não poderão sofrer paralisações de qualquer espécie.
- 9.11. Prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe foram solicitados pela Contratante relacionados aos serviços executados.
- 9.12. A CONTRATADA deverá arcar com os custos dos materiais utilizados na fabricação, tais como: as percas e sobras dos laminados, colas, parafusos de fixação, mão-de-obra, frete, e demais componentes indispensáveis para o acabamento e



Governo do Estado de Mato Grosso
SECOM – Secretaria de Estado de Comunicação

montagem final do objeto desse certame.

9.13. A CONTRATADA deverá atender aos chamados solicitados pelos diversos setores da Secretaria de Estado de Comunicação, comparecendo aos locais requisitados para viabilizar as medidas dos objetos a serem confeccionados, sendo que as custas com esse procedimento ficarão por conta da CONTRATADA.

10 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado pelo Contratante em favor da Contratada mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente e data fixada de acordo com a legislação para pagamento vigente no âmbito do Estado do Mato Grosso, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do Contratante;

10.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número do contrato, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

10.3. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

10.3.1. Constatando-se qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento fluirá a partir da respectiva data de regularização;

10.4. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações vinculadas ao objeto especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e a garantia, nem implicará aceitação definitiva do objeto;

10.5. O pagamento efetuado à contratada não a isentará de suas responsabilidades;

10.6. O pagamento será realizado de acordo com a execução do objeto do contrato, mediante emissão da respectiva Nota Fiscal;

10.7. Não será efetuado pagamento de nota pendente de adimplemento por parte da contratada, que o objeto não tenha sido recebido definitivamente;

10.7.1. Caso o serviço ou objeto tenha sido recebido parcialmente, o pagamento da nota deverá ser equivalente apenas ao objeto recebido definitivamente;

10.7.2. As notas a serem pagas poderão sofrer desconto devido aplicação das multas/glosas previstas no Contrato;

10.8. O pagamento será efetuado após a Nota Fiscal/Fatura estar devidamente atestada pela Gerência (e/ou fiscal) responsável e/ou pela fiscalização do Contrato (nomeada pela autoridade competente) e acompanhada dos certificados de Regularidade Fiscal descritos nos Decretos Estaduais nºs 1525/2022, 8.199/2006 alterado pelo 8426/2006, obedecendo aos prazos estabelecidos no Decreto Orçamentário vigente;

10.9. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “*factoring*”;

10.10. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

10.11. Para as operações de vendas destinadas a Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe;

10.12. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à Contratada, ou inadimplência contratual.

10.13. Havendo acréscimo de quantitativo, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados.

10.14. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

10.15. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela Contratada, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

10.16. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada não atendeu os Acordo de Níveis de Serviços estabelecidos, além de:

10.16.1. Não produziu os resultados acordados;

10.16.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

10.16.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto contratado, ou utilizou-os



Governo do Estado de Mato Grosso
SECOM – Secretaria de Estado de Comunicação

com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

10.17. O Contratante efetuará retenção na fonte de todos os tributos inerentes ao contrato em questão;

10.18. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos (Art. 1º do Decreto nº 8.199/2006):

I) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor;

II) prova de regularidade junto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado da sede ou domicílio do credor;

III) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação.

10.19. DO REAJUSTE

10.19.1. Os preços unitários dos serviços objeto desta Licitação, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, com base na seguinte fórmula (Decreto nº 1.054/94 e Lei nº 10.192/01):

$$R = \frac{V \times I - I_o}{I_o}$$

Sendo:

a) para o primeiro reajuste:

R= Valor do reajuste procurado;

V= Valor contratual do objeto;

I= Índice relativo ao mês do reajuste;

I_o = Índice inicial – refere-se ao índice de custos ou de preços correspondentes ao mês da entrega da proposta da licitação;

b) para os reajustes subsequentes:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual do objeto atualizado até o último reajuste efetuado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

I_o = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

12.19.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da Contratada;

12.19.2.1. Caso a Contratada não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito;

12.19.3. O Contratante deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

11 – GARANTIA CONTRATUAL:

11.1. Fica dispensada a prestação de garantia para execução do Contrato, conforme faculta o artigo 96 da Lei nº 14.133/2021.

12- GARANTIA DOS BENS/SERVIÇOS

12.1 O contrato estará consumado quando da efetiva entrega do equipamento com sua devida instalação na Unidade solicitante;

12.2 Garantia mínima do fornecedor: 01 (ano) ano ou superior.

13- DO PRAZO E HORÁRIOS

13.1.1. O prazo para início da execução dos serviços será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da emissão da ordem de serviço, emitida pela Contratante;

13.1.2. Os serviços serão prestados, preferencialmente, no horário compreendido entre 08h00 e 18h00 horas, de segunda a



Governo do Estado de Mato Grosso
SECOM – Secretaria de Estado de Comunicação

sexta-feira, perfazendo jornada diária conforme o posto contratado;

13.1.2.1. Caso o horário de expediente do Contratante seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida adequação nos horários da prestação de serviços para atendimento da nova situação e caso seja necessário ajuste no valor do contrato;

13.1.2.2. A Contratada deverá realizar o controle de assiduidade e pontualidade de seus funcionários;

13.1.2.2.1. Para o controle da jornada de trabalho nas dependências da Contratante, onde houver mais de 10 (dez) postos de trabalho na mesma unidade, a Contratada deverá efetuar o controle por meio de sistema de controle eletrônico, o qual deverá ser fornecido pela Contratada, podendo ser por biometria ou outro sistema permitido por lei, com exceção da folha de ponto manual (papel), os custos adicionais derivados desta atividade serão caracterizados como Custo Indiretos;

13.1.2.2.2. O sistema de controle de jornada deverá possibilitar que os empregados possam registrar a jornada de trabalho em qualquer equipamento instalado nas dependências da Contratante;

13.1.2.3. Nos postos de carga horária 30 (trinta) horas semanais, a Contratante deverá indicar com antecedência turno fixo de cada posto, não ultrapassando a jornada diária;

13.1.3. Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, a Contratada deverá apresentar justificativa por escrito indicando o prazo necessário ao fiscal do contrato, que por sua vez analisará e tomará as necessárias providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas.

14 – VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1 - 11.1. O prazo de vigência do Contrato é de 12 meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo período, a critério da Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses na forma do artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021, adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

15 – DAS SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520/2002, a contratada que:

a) Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;

b) Falhar ou fraudar na execução do contrato;

c) Comportar-se de modo inidôneo;

d) Cometer fraude fiscal;

e) Não executar, parcial ou total o contrato;

15.2. A Contratada que cometer infração administrativa, estará sujeita à aplicação das seguintes sanções a saber:

15.2.1. Advertência, por faltas leves, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o Contratante;

15.2.2. Multas:

a) Por atraso: será aplicado multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado na providência necessária e 1% (um por cento) por dia após o 30º dia de atraso até o limite 60 (sessenta) dias, após será considerado inexecução total do contrato;

b) Por faltas médias ou inexecução parcial: será aplicada multa de até 5% (cinco por cento) do valor do total do contrato, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos ao Contratante e, na sua reincidência, esse percentual será de até 10% (dez por cento);

c) Por falta grave ou inexecução total: será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor total do contrato. Será entendida como falta grave aquela que acarrete prejuízo para o Contratante. Quanto a inexecução total a multa será aplicada independentemente da existência ou não do prejuízo ao Contratante, implicando ainda na possibilidade de rescisão do Contrato;

15.2.2.1. A multa eventualmente imposta à Contratada, poderá ser descontada da fatura a que fizer jus ou deduzidos da garantia, garantido o contraditório e ampla defesa;

15.2.2.2. Caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber do Órgão/Entidade Contratante, ou os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa;

15.2.2.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo ainda, o Órgão/Entidade



Governo do Estado de Mato Grosso
SECOM – Secretaria de Estado de Comunicação

proceder à cobrança judicial da multa;

15.2.2.4. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Órgão/Entidade;

15.2.3. **Suspensão temporária** do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

15.2.4. **Impedimento** de licitar e contratar com o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso e consequente descredenciamento no sistema de cadastro de fornecedores

15.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

15.4. Todas as sanções aplicadas devem ser comunicadas ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso para registro no cadastro da respectiva sancionada e ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS/MT.

16- DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1. A fiscalização será exercida por servidor designado pelo Contratante, o qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do presente contrato, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do contrato, ao Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do objeto contratado, podendo para isso:

a) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

b) Supervisionar a entrega/execução realizada pela Contratada e mensalmente emitir relatório analítico, que deve ser anexado à Nota Fiscal.

16.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica -responsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme preceitua art. 120 da Lei nº 14.133/2021;

16.4. Será de responsabilidade do Fiscal de cada Órgão/Entidade Contratante, a salva guarda de documentos relacionado à liberação e fornecimento objeto do termo de referência.

17- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

17.1. Os equipamentos a serem instalados para execução dos serviços contratados, serão recebidos da seguinte forma:

a). Provisoriamente: o recebimento provisório dar-se-á por servidor indicado pelo Órgão/Entidade Contratante, no ato da entrega/instalação do equipamento e, encontrando irregularidade, fixará prazo para correção, ou, se aprovado, assinará a Nota Fiscal de simples remessa do equipamento, emitido para transporte do mesmo;

b) Definitivamente: após recebimento provisório, será verificada a integridade do(s) equipamento(s), incluindo qualidade e quantidade dos serviços executados no mês subsequente, e sendo aprovados, será efetivado o recebimento definitivo dos equipamentos, com aposição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (Danfe) ou na Nota Fiscal, emitida pela Contratada para os serviços prestados;

17.2. Na hipótese de irregularidade não sanada pela Contratada, o fiscal do Órgão/Entidade Contratante reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade superior, para procedimentos inerentes à aplicação de penalidades;

17.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade pela garantia do(s) produto(s).

18- DA LEGISLAÇÃO

- Lei 14.133/2021 – Normas para licitação e contratos da Administração Pública;

- Lei nº 8.078/1990 – código de defesa do consumidor

- Decreto nº 522 de 15.04.2016 – regulamenta a aplicação da lei federal nº 12.846/13;

- 12.846/13 - medidas de responsabilização de pessoas jurídicas;

- Decreto Estadual nº 1525/2022 – Regras para aquisição de bens e serviços da Administração Pública Estadual;



Governo do Estado de Mato Grosso
SECOM – Secretaria de Estado de Comunicação

- Decreto Estadual nº 8.199/2006 e nº 8.426/2006 – Critérios de Pagamento;
- Decreto Estadual nº 1.349/2018 – Execução orçamentária
- Decreto Federal nº 7.892/2013 – Regulamenta RP;
- Lei 123/2006 – Normas ME e EPP;
- Lei Complementar 605/2018 – ME, EPP e MEI
- Decreto Estadual 219/2019.
- Decreto Nº 55, DE 14 DE MARÇO DE 2019.

19- DISPOSIÇÕES GERAIS:

O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei 14.133/2021 e legislação complementar, durante a vigência deste Termo de Referência.

20 – DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS DOCUMENTOS DE INSTRUÇÃO ANEXADOS AOS AUTOS:

Declaro estar ciente de todas as aplicações administrativas, cíveis e criminais pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

Elaborador/Solicitante:

Adriana Domingas Pereira Souza
Coordenadora de Apoio Logístico
Secom-MT

Validação e aprovação do Responsável pela Unidade Solicitante:

Valdineia Maria Correia da Silva
Superintendente Administrativa
Secom- MT